



II Fórum Nacional Fomento à Segurança Pública Profissional e Inovadora

ESTADOS SECRETÁRIO EXECUTIVO E-MAIL

Evento: II Fórum Nacional de Gabinetes de Gestão Integrada Estaduais: Fomento à Segurança Pública Profissional e Inovadora

Data: 03 a 06 de agosto de 2009

Local: Hotel Academia de Tênis de Brasília-DF

Organização: SENASP

Suporte logístico e financiamento: Equipe projeto BRA

Objetivo: Fomentar a gestão integrada da segurança pública profissional e inovadora nas diversas esferas federativas, através de fóruns temáticos e qualificados no âmbito dos GGIs, com enfoque no atendimento otimizado das demandas da sociedade.

Estratégia da ação: Composição de doze Grupos de Trabalho, com especialistas para discussão de eixos temáticos e posterior apresentação de uma proposta qualificada visando subsidiar políticas, programas e projetos integrados no tema segurança pública. O encerramento do evento não esgota a possibilidade de outros encontros dos GTs constituídos.

Programação:

03 de agosto (segunda-feira)

19:00 Solenidade de abertura

04 de agosto (terça-feira)

09:00 Início dos trabalhos dos GT

12:00 Intervalo /Almoço

14:00 Retorno

16:00 Intervalo / Coffee Break

16:20 Continuação

18:00 Encerramento

05 de agosto (quarta-feira)

09:00 Início dos trabalhos dos GT

12:00 Intervalo /Almoço

14:00 Retorno

16:00 Intervalo / Coffee Break

16:20 Continuação

18:00 Encerramento

06 de agosto (quinta-feira)

09:00 Início dos trabalhos de Plenária

12:00 Intervalo /Almoço

14:00 Retorno

16:00 Intervalo / Coffee Break

16:20 Continuação

18:00 Encerramento

07 de agosto

Retorno dos participantes

Grupos de Trabalho:

GT I – Indicadores de Gestão Integrada na Segurança Pública nos Estados

Objetivo: Consolidar um instrumento de avaliação elaborado pela SENASP, que permita aos Estados traduzir as ações em indicadores e critérios qualitativos de gestão dos GGIs.

Justificativa: Este instrumento tende a contribuir com o compartilhamento das boas práticas de gestão integrada do Sistema de Segurança Pública e fomento da cultura de integração, com foco na prevenção e controle da violência e criminalidade. A SENASP, com a experiência acumulada ao longo de seis anos de fomento aos Gabinetes, estabeleceu critérios para contribuir com o nível de gestão e desempenho. Os Gabinetes de Gestão Integrada estão sendo mobilizados em suas estruturas constituintes, principalmente na dinâmica pró-ativa, na indução de projetos, programas e ações otimizadoras de um novo modelo de gestão.

Público Alvo: Secretários Executivos dos GGIs Estaduais

Coordenador Responsável: Eraldo Marques Viegas

Email: eraldo.viegas@mj.gov.br e eraldoviegas@iq.com.br

Telefone: (61) 2025-9285 / 7812-85540

GT II – Segurança Situacional: Prevenção do Crime por Meio do Desenho Urbano.

Objetivo: Apresentar e discutir o papel do espaço público para intervenções de prevenção da violência e do crime ressaltando a importância do correto planejamento do espaço público para as interações e a convivência nos centros urbanos.

Justificativa: A possibilidade de construção de espaços urbanos mais seguros a partir da integração entre o Poder Público, a Iniciativa Privada, os profissionais de Arquitetura, Engenharia, Urbanismo, Design Industrial e cidadãos, com repercussão direta na segurança pública.

Público Alvo: quatro especialistas no tema e representações de 05 (cinco) GGIs municipais com maior atuação no PRONASCI.

Coordenadoras Responsáveis: Magda Fernanda Medeiros Fernandes e Cátia Simone Gonçalves Emanuelli

Email: magda.fernandes@mj.gov.br

catia.emanuelli@mj.gov.br

Telefone: (61) 2025- 3115/ 9943/ 9215-9363

(61)2025-9285/ 9988-9604

GT III – Integração de Doutrinas, Táticas e Recursos, envolvendo Gerenciamento de Crises com Reféns.

Objetivo: Padronizar as diversas doutrinas e procedimentos existentes nas policiais do Brasil, as inúmeras táticas

empregadas e os recursos distintos destinados envolvendo o tema em questão.

Justificativa: Baseia-se a criação desta padronização, pela urgente necessidade dos sistemas de segurança pública em nível nacional, acarretado pelo exorbitante número de ocorrências com este contexto, que afloram no país. Todavia, apesar dos imensuráveis esforços dos profissionais em segurança pública no sentido de obter os resultados satisfatórios com relação ao tema, os mesmos ainda são parcos, isolados e infelizmente trágicos, uma vez que um resultado indesejado (morte da vítima) acarreta a desconstituição de todo um trabalho exitoso já realizado.

Público Alvo: especialistas das policiais civis, militares e federal.

Coordenador Responsável: Cap Uirá do Nascimento Ferreira
Email: uira.ferreira@mj.gov.br e uiranascimento@gmail.com
Telefone: (61) 2025-3292 / 8159-3782

GT IV – O Papel da Segurança Pública em Situações de Calamidades e Desastres de Massa : Assistência, Socorro e Recuperação.

Objetivo: Implementar o gerenciamento de desastres através das ações integradas, de prevenção, preparação, resposta e recuperação de cenários afetados por eventos adversos, sob a Supervisão e Coordenação Operacional dos Corpos de Bombeiros/Coordenadoria Estadual de Defesa Civil.

Justificativa: baseia-se a implementação por considerar a necessidade de adotar medidas preventivas, a fim de minimizar os efeitos danosos dos desastres, alocar os recursos operacionais e logísticos suficientes para atender às necessidades identificadas, para o enfrentamento deste período crítico tendo em vista a segurança global da população vulnerável aos desastres.

Público Alvo: especialistas relacionados ao tema.

Coordenador Responsável: Cap Isandré Antunes De Souza
Email: isandre.souza@mj.gov.br
Telefone: (61) 2025-9166

GT V – Uniformização de Recursos Básicos de Material para o Ciclo de Policiamento Ostensivo (critérios mínimos).

Objetivo: Eleger vetores técnicos capazes de estruturar a construção de demandas comuns às polícias militares do Brasil, no âmbito de seus recursos básicos de logística com vista à edição do primeiro guia de recomendações sobre recursos básicos de logística das polícias militares.

Justificativa: Necessidade de facilitar o processo de aquisição dos bens materiais comuns pelas polícias militares criando uma padronização nacional capaz de racionalizar aquisições junto ao Ministério da Justiça. Existem demandas regionalizadas sobre o tema, porém ainda não foi constituído um fórum representativo em âmbito nacional para reflexões sobre a uniformização de recursos básicos de material para o ciclo de policiamento ostensivo. Em termos de projetos, a produção de um guia sobre o tema, também servirá de sinalização aos estados na qualificação de uma codificação comum em termos de cada material.

Público Alvo: Especialistas das polícias militares.

Coordenadores Responsáveis: João Francisco dos Santos e Rômulo Gomes Fonini
Email: joagoulart@mj.gov.br e majfonini@ibest.com.br
Telefone: (61) 2025-9166; (61) 2025-3027 / 9812-7443

GT VI – Uniformização do Ciclo Investigativo e Processual Criminal (critérios mínimos).

Objetivo: Uniformizar o processo investigativo e mapeamento do fluxo do processo em toda a fase *criminis* (da ocorrência policial até a sentença judicial), a partir das experiências exitosas nos Estados, visando à construção de um projeto em nível nacional.

Justificativa: No respectivo trabalho, justificam-se inúmeros resultados positivos advindos, para o universo, não somente da segurança pública, como para o sistema da persecução criminal como um todo. Especialistas na área terão subsídios mais que suficientes para diagnosticar os entraves atuais para um racional e satisfatório modelo de gestão em segurança pública. Outro aspecto exitoso, será na sensível diminuição da burocracia e conseqüente redução da impunidade penal. A efetivação deste trabalho, permitiria ainda, traçar com fontes extremamente confiáveis (uma vez que a SENASP, seria a provedora e gerenciadora do sistema, através do INFOSEG) as estatísticas referentes a todas as ocorrências criminais, dos estados inseridos no projeto.

Público Alvo: Especialistas das polícias judiciárias, polícia militar, ministério público, poder judiciário e defensoria pública.

Coordenador Responsável: Cláudio Galeno de Miranda Soares Filho
Email: galeno0001@hotmail.com
Telefone: (91) 9635-4390

GT VII – Proximidade com a População: Cooperação, Tratamento e Boas Práticas em Segurança Pública com Cidadania

Objetivo: fomentar a disseminação de políticas públicas que promovam a aproximação dos profissionais de segurança pública com a comunidade, a partir de projetos desenvolvidos pelas instituições policiais, gestores de segurança e guardas municipais, como forma de apropriar os integrantes dos GGIs destas atividades.

Justificativa: a cultura da implementação de políticas públicas voltadas para a comunidade, da integração entre os profissionais que representam as diferentes instituições de segurança pública e da busca por resultados na destas políticas é bastante recente, sendo que uma das maiores dificuldades que dispomos está na disseminação de ações, projetos e experiências que estejam promovendo resultados eficazes e eficientes na prevenção da violência e no aumento da confiança da população nos profissionais e nas instituições de segurança pública.

Público alvo: profissionais de segurança pública (polícias civil e militar, bombeiro militar e guarda municipal) e especialistas diversos.

Coordenadores Responsáveis: Erisson Lemos Pita / Muriel Mendonça Silva
Email: erisson.pita@mj.gov.br e muriel.silva@mj.gov.br
Telefone: (61) 2025-3565

GT VIII – Pesquisa e Gestão: A Inclusão da Segurança Pública no Campo das Ciências Transdisciplinares no Brasil.

Objetivo: Identificar as ciências que podem contribuir para consolidação da gestão das políticas de segurança pública nos estados, DF e municípios pautada pela busca efetiva da solução de problemas a partir de práticas inovadoras, integradas e

participativas e propor uma forma de articulação destas ciências em um sistema sinérgico que contribua continuamente para a produção e aperfeiçoamento do conhecimento científico específico para a área de segurança pública, necessário para subsidiar o ciclo de gestão das políticas no setor.

Justificativa: Quatro pontos distintos caracterizaram a gestão das ações de segurança pública no Brasil nas últimas décadas. Primeiro, na maior parte das situações, impera a filosofia do “achismo”, onde cada gestor público, a partir de seus conhecimentos e interesses, executa uma ação que acha ser importante, sem avaliar cientificamente sua pertinência. Segundo, seguindo a filosofia do “zerismo”, grande parte dos gestores públicos, ao assumir seus postos de trabalho, chegam a brilhante conclusão de que tudo que estava sendo realizado anteriormente não serviu para nada. Terceiro, em um contexto marcado pela ausência de diagnósticos, planejamentos e monitoramento de resultados, o principal determinante do sucesso das ações públicas é a sorte. Por fim, grande parte dos gestores acreditam que o resultado de uma ação é simplesmente estar executando a ação e não empreendem avaliações do impacto alcançado pela ação sobre o problema a ser tratado. Neste contexto de ineficácia, ineficiência e falta de efetividade das ações de segurança pública, cumpre ressaltar a importância de construir um sistema sinérgico, que reúna todas as ciências que possam contribuir para aperfeiçoar os resultados alcançados pelas ações de segurança pública, produzindo um conhecimento que sirva de subsídio para os processos de tomada de decisão dos órgãos de segurança pública em âmbito municipal, estadual e nacional.

Público Alvo: Pesquisadores em Segurança Pública; CNPq; CAPES; FBSP

Obs: cinco indicações do Departamento de Ensino/SENASP

Coordenador Responsável: Marcelo Ottoni Durante e Haydee Gloria Cruz Caruso

Email: marcelo.durante@mj.gov.br e hayree.caruso@mj.gov.br

Telefone: (61) 2025- 3635; (61) 2025-3620

GT IX – Uniformização de Recursos para o Sistema de Perícias Forense (critérios mínimos).

Objetivo: Padronizar rotinas periciais e procedimentos de Perícia Forense e cadeia de custódia.

Justificativa: A prova material nos processos criminais é essencial para o adequado julgamento nas ações penais, entretanto necessitam de uma padronização nacional a fim de que possam ser efetivamente utilizadas como prova material inquestionável, assegurando uma denúncia consistente pelo ministério público e a certeza da sentença final, pelo poder judiciário.

Público Alvo: Peritos Criminais, Médicos Legistas e Papiloscopistas Policiais, responsáveis pela coleta e avaliação de provas materiais.

Coordenador Responsável: Edson Wagner de Sousa Barroso

Email: edson.barroso@mj.gov.br

Telefone: (61) 2025-3380 / 9987-8604 / 8134-7711

GT X – Elaborar Políticas Relacionadas ao Uso da Força e Armas de Fogo (III Encontro)

Objetivo: Propor uma reflexão para construção de uma política nacional relacionada ao uso da força e armas de fogo, visando contribuir com a redução dos índices de letalidade, aumentar a confiabilidade na polícia, adequar aos princípios internacionais sobre o uso da força e armas de fogo.

Justificativa: Nos tempos modernos a sociedade exige forças de segurança treinadas e que pautem sua atuação observando os princípios constitucionais de respeito aos direitos humanos. Os índices crescentes de criminalidade apresentados nos últimos anos revelam a necessidade dos órgãos do sistema de segurança pública estarem cada vez mais preparados tecnicamente para fazer frente aos criminosos, sem, contudo, exceder limites. Cabe ao governo democrático brasileiro repensar e intervir no funcionamento das instituições policiais, abordando questões mais profundas e estruturantes relacionadas ao uso da força, em conformidade com os tratados internacionais sobre o tema.

Público Alvo: Especialistas no tema uso da força; SENASP/ SEDH.

Coordenadores Responsáveis: Isabel de Figueiredo e TC Erich Meier

Email: isabel.figueiredo@mj.gov.br e erich.meier@mj.gov.br

Telefone: (61) 2025-9963 / 2025-9236

GT XI – Elaboração de Doutrina Antibombas para os órgãos de segurança pública do Brasil (Organização e seleção da Força Nacional)

OBJETIVO: Padronizar as diversas normas e procedimentos operacionais existentes nas unidades antibombas das policiais do Brasil, as inúmeras técnicas empregadas e os recursos distintos destinados envolvendo o tema em questão.

JUSTIFICATIVA: Baseia-se a criação da Doutrina Nacional Antibombas para as polícias do Brasil, pela urgente necessidade dos sistemas de segurança pública em nível nacional, acarretado pelo exorbitante número de ocorrências envolvendo artefatos explosivos em todo país, bem como pelo fato do Brasil se tornar cenário de eventos internacionais como os jogos Pan-americanos de 2007 no Estado do Rio de Janeiro, a Copa do Mundo de 2014 e pré-candidato as Olimpíadas de 2016. Apesar dos esforços dos profissionais de segurança pública no sentido de obter os resultados satisfatórios com relação ao atendimento destas ameaças, poderá acarretar infelizmente em resultados indesejados haja vista que não há normas, protocolos e ferramentas adequadas para um bom desenvolvimento profissional.

PUBLICO ALVO: Especialistas em Explosivos e agentes QBRN.

Coordenador Responsável: Cap Alkimar Sampaio de Souza

Email: alkimar_cts@hotmail.com

Telefone: (61) 8104-6754

GT XII – Inteligência de Segurança Pública e atuação em grandes eventos (Organização e seleção da Coordenação Geral de Inteligência da SENASP)

Objetivo: Traçar princípios e diretrizes para elaboração do planejamento do sistema de segurança para os jogos da Copa do Mundo de 2014 no Brasil.

Justificativa: É necessário padronizar e sistematizar as ações dos órgãos de segurança, - 3 - voltados para o planejamento do sistema de segurança a ser implementado durante a Copa do Mundo de 2014, visando atingir os padrões internacionais exigidos.

Público Alvo: Chefes de organismos de Inteligência de Segurança Pública dos 12 estados sedes dos jogos da Copa do Mundo de 2014.

Coordenador Responsável: Regis André Silveira Limana

Email: regis.limana@mj.gov.br

Telefone: (61) 2025-3622

